

FOLHA DE S.PAULO

Atividade econômica cai 0,13% no 2º trimestre, aponta BC

SÃO PAULO | REUTERS A economia do Brasil teve retração no segundo trimestre, apontaram dados do Banco Central nesta segunda-feira (12), ampliando as preocupações sobre as perspectivas de crescimento neste ano.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) teve alta de 0,30% em junho sobre o mês anterior, mas, ainda assim, o segundo trimestre terminou com queda de 0,13%, o que marcaria o segundo trimestre seguido de contração da economia.

O resultado mostrou forte desaceleração em relação à taxa de 1,1% em maio.

O IBGE divulgará os dados do PIB no segundo trimestre no próximo dia 29 de agosto. No primeiro trimestre, a economia do Brasil teve recuo de 0,2% na comparação com os últimos três meses de 2018, de acordo com os dados do IBGE, na primeira contração trimestral desde os três últimos meses de 2016.

Na comparação com junho de 2018, o IBC-Br apresentou queda de 1,75% e, no acumu-

IBC-Br

Índice de Atividade Econômica do Banco Central

— Em pontos



Fonte: Banco Central

lado em 12 meses, teve alta de 1,08%, segundo números observados.

O segundo trimestre terminou com junho marcado por fraqueza na indústria e no setor de serviços. A produção industrial do Brasil contraiu 0,6% no mês, terminando o trimestre com contração de 0,7%.

Já o volume de serviços recuou 1,0% e apresentou o pior resultado para o mês em quatro anos. Somente as vendas no varejo tiveram ganhos no mês, de 0,1%, mas ainda assim encerraram o segundo

trimestre com queda.

Na semana passada, o BC estimou que o PIB deve ficar estável ou apresentar ligeiro crescimento no segundo trimestre.

Mercado passa a prever juros básicos a 5% ao fim do ano

A fraqueza da atividade vem alimentando expectativas de mais cortes na taxa básica de juros, já reduzida a 6,0%. A mais recente pesquisa Fo-

cus do BC, divulgada nesta segunda-feira (12), mostra que os economistas estimam a Selic a 5,0% neste ano — antes, a expectativa era de 5,25%. Com isso, o cenário se ali-

1,1% foi a alta na atividade econômica em junho, na comparação com maio

0,13% foi a queda na atividade econômica no segundo trimestre

nha ao do Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, que também baixou a visão para os juros básicos a 5%, de 5,13%. Para 2020 permanece a

projeção de 5,50%, mas o Top-5 vê a taxa ainda mais baixa, a 5,13% na média das estimativas, de 5,38% na semana anterior.

A pesquisa feita com uma centena de economistas ainda aponta que eles passaram a ver crescimento do PIB este ano de 0,81%, 0,01 ponto percentual a menos do que no levantamento anterior, mantendo a previsão para o próximo ano em 2,10%.

Já a alta do IPCA é estimada 3,76% em 2019, de 3,80, indo a 3,90% em 2020, sem alterações. O centro da meta oficial de 2019 é de 4,25% e, de 2020, de 4%, ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

PECINI
LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DÍAS DOS LEILÕES - PRESENCIAL E ONLINE

1º Público Leilão - 20/08/2019 às 14h30m | 2º Público Leilão - 22/08/2019 às 14h30m
LOCAL: Avenida Rotary nº 187 - Jardim das Palmeiras - Campinas/SP

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - matrícula Juízo nº 715, autorizada pelos Credores Fiduciários **MOISÉS RICARDO SAVIOLI** - CPF: 046.856.148-01 e **RENATA GARCIA SAVIOLI** - CPF: 088.794.138-99, com base nos artigos 26 e 27 da Lei nº 9.514/97, alterada pela Lei nº 10.931/04, 11.043/14 e 13.465/17, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial o **IMÓVEL: APARTAMENTO nº 32**, localizado no 3º Andar do **EDIFÍCIO DONA HELENA**, situado à Alameda Franca nº 87, 285 Subsolo - Jardim Paulista, na cidade de São Paulo/SP. Área: **Unil: 209,09m²; Comum: 30,43m²; Garagem: 35,00m²; Total: 274,52m²; FRT: 3,514%**. Matrícula Imobiliária nº 16.604 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Consolidação da Propriedade em 24/07/2019. Contribuinte Municipal: 009.089.0287-5. 1º LEILÃO: R\$ 1.336.441,01. 2º LEILÃO: R\$ 993.707,81. O arrematante pagará à vista o valor da arrematação, 5% de comissão de leiloeira e arcará com as custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura. Arcará ainda o arrematante, com a quitação de eventuais débitos existentes de Taxas Condominiais anteriores aos leilões, e com todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação. Venda em caráter "ad corpus". Imóvel entregue no estado em que se encontra. **Imóvel Ocupado** - devolução a cargo exclusivo do arrematante. Fica a fiduciária **MARLENA CAMARGO CANDIAGLIA** - CPF: 330.480.478-60.

FOLHA DE S.PAULO



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante seminário em Brasília. Pedro Ladeira/Folhapress



Quebraram o setor elétrico, o setor de petróleo, os fundos de pensão e agora a economia parou. E agora, em cinco, seis meses 'o Brasil não está andando. Culpa do novo governo'

Paulo Guedes
ministro da Economia

les regrediu nos primeiros seis meses da gestão de Bolsonaro.

A Folha analisou 87 estatísticas oficiais e de estudiosos que têm números atualizados até algum ponto do primeiro semestre de 2019 e as cruzou com os dados de 2018. Desse total, 44 pioraram, 15 permaneceram estáveis e 28 apresentaram alguma melhoria.

Entre os indicadores que mais apresentam deterioração estão os de educação, saúde e ambiente. Os dados oficiais reunidos pelo Ministério da Justiça apontam melhora nos índices de criminalidade. Na economia, há um equilíbrio.

"Dê um governo, dê uma chance de um governo de quatro anos para a liberal-democracia. [...] Nós esperamos tantas vezes. Espera um pouquinho, espera quatro anos, vamos ver se melhora um pouco. Nos deem chance de trabalhar também", completou.

O ministro afirmou que a crise estrutural no Brasil leva pessoas a deixarem o país. Segundo ele, o movimento começou com a fatia mais rica da população e depois foi se ampliando.

"Está indo todo o mundo embora, o menino prefere lavar prato em Barcelona, entregar pizza em Boston do que ficar no Brasil porque não há emprego. E os senhores acham que quem está criando esse desemprego foram esses quatro, cinco, seis meses de governo. Botem a mão na consciência e reflitam um pouco se não chegou o tempo das reformas", afirmou.

Nos dê um ano ou dois, diz Guedes sobre melhora em indicadores do país

Levantamento da Folha apontou piora em 44 de 87 estatísticas no primeiro semestre de Bolsonaro

Bernardo Caram

BRASÍLIA Após a publicação de levantamento da Folha que mostra uma piora na maior parte dos indicadores do país nos primeiros meses da gestão de Jair Bolsonaro, o ministro da Economia,

Paulo Guedes, afirmou nesta segunda-feira (12) que o país precisa de uma sequência de reformas e pediu um tempo para que os efeitos sejam observados.

No domingo (11), ao ser questionado sobre o desempenho dos indicadores, Bol-

sonaro evitou fazer comentários e solicitou que a reportagem questionasse o ministro da Economia.

"Pergunta para o Paulo Guedes", disse na ocasião.

Nesta segunda, em discurso no STJ (Superior Tribunal de Justiça), Guedes falou so-

bre o desempenho da economia do país.

"Quebraram o setor elétrico, o setor de petróleo, os fundos de pensão e agora a economia parou. E agora, em cinco, seis meses 'o Brasil não está andando. Culpa do novo governo'. Ora, se-

nhores. Quem governou 30 anos o Brasil, a social-democracia, que fez muitas coisas boas, dê um ano ou dois", disse o ministro.

A compilação de quase 90 indicadores nacionais, que vão da economia ao ambiente, mostra que a maioria de-

Mercado adia expectativa de retomada da economia

Índice do BC mostra queda de 0,13% no 2º trimestre; Guedes pede 'paciência' para se obter resultado

EXPECTATIVAS FRUSTRADAS

Economistas vêm cortando suas estimativas para o crescimento

A EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES PARA O PIB

Para o ano



Prévia do PIB

Índice IBC-Br, do Banco Central, na comparação com trimestre anterior

-0,68% 1º Trimestre

-0,13% 2º Trimestre

Considerado um indicador que antecipa o PIB, o IBC-Br caiu nos últimos dois trimestres

Fontes: IBGE e Boletim Focus

Editoria de Arte

DESEMPENHO NA COMPARAÇÃO COM MÊS ANTERIOR

Em %



Serviços

O setor que representa três quartos do PIB teve em junho o pior desempenho em 11 meses



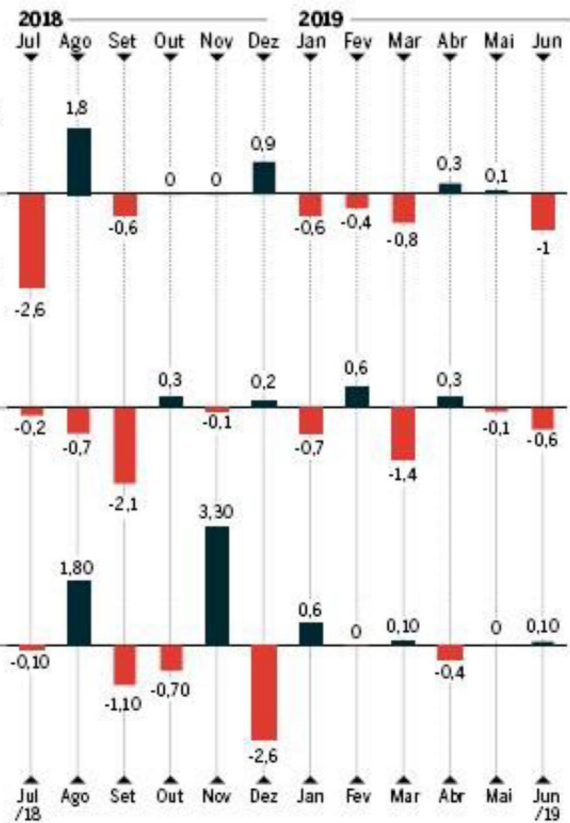
Indústria

Nos primeiros seis meses do ano, produção industrial brasileira encolheu 1,6%



Comércio

Apesar de ter crescido 0,6% no ano, o varejo vem perdendo fôlego desde fevereiro



Com a queda de 0,13%, de abril a junho, no índice do BC que é prévia do PIB, analistas temem que o país tenha segundo trimestre seguido de retração na economia. Medidas para impulsionar o crescimento teriam efeito mais adiante, mas cenário externo preocupa. O ministro Paulo Guedes pediu “um pouco de paciência”.

A deterioração do cenário externo — com a tensão comercial entre EUA e China e o avanço do partido de Cristina Kirchner nas prévias da eleição na Argentina — somada à conjuntura de atividade fraca podem empurrar o Brasil para o segundo trimestre seguido de resultados negativos na economia. Isso caracterizaria a chamada recessão técnica. Analistas já refazem as contas após a divulgação, ontem, do IBC-BR, índice do Banco Central que funciona como uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB) e apontou queda de 0,13% entre abril e junho. Os dados oficiais sobre o desempenho da economia serão divulgados pelo IBGE no fim do mês. Na avaliação de especialistas, medidas recentes que

têm potencial para alavancar a economia, como a aprovação da reforma da Previdência, a liberação de recursos do FGTS e a mudança de regras no mercado de gás, só vão surtir efeito nos próximos trimestres. Ainda não há consenso entre os especialistas se a economia vai, de fato, cair ou se terá avanço próximo de zero no segundo trimestre, mas, por ora, o que prevalece nas previsões é a leitura de um cenário de queda em indústria, comércio e serviços. — Os dados fechados do segundo trimestre mostram indústria (-0,7%), comércio (-0,30%) e serviços (-0,6%) caindo. Estamos prevendo alta de 0,4% no ano, o que já é otimista. O cenário externo está desafiador, e é possível que o dólar feche o ano na faixa de R\$ 4. Isso pode ajudar as exportações, mas o custo é a pressão inflacionária, que fica mitigada porque a economia está fraca — explicou André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, que prevê queda de 0,2% do PIB no segundo trimestre.

“Difícil não ter queda no PIB”, resume, em relatório, o economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, que também espera queda de 0,2% do PIB entre abril e junho. No primeiro trimestre, a economia já havia recuado 0,2%.

BC: PAÍS ESTÁ PREPARADO

Mesmo considerando as previsões negativas, especialistas ressaltam que, na recessão técnica, há possibilidade de recuperação no curto prazo. Dois trimestres de PIB negativo não significam que o país vai fechar o ano com retração na economia. Há possibilidade de melhora no segundo semestre. As projeções para 2019, porém, ainda se mantêm cautelosas, de acordo com a pesquisa Focus, e recuaram de 0,82%, na semana passada, para 0,81%.

No mercado financeiro, o dia de ontem foi de nervosismo, influenciado pelas primárias na Argentina. Os temores dos especialistas vão desde os sinais de contágio — o que já contribuiu para o aumento do risco-país ontem para 140 pontos — até uma piora no ambiente financeiro, com visões econômicas divergentes em Brasil e Argentina, caso o presidente Mauricio Macri perca a eleição.

— A possibilidade de volta do kirchnerismo na Argentina, principal parceiro comercial do Brasil no Mercosul, trouxe preocupações quanto aos rumos da economia. E o impasse nas negociações comerciais entre China e EUA continua sendo um pano de fundo para o mau humor dos investidores — afirmou Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Wealth Management. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem, em evento em São Paulo, que o mercado foi influenciado pela polarização política ao redor do mundo, evidenciada pelo resultado das primárias na Argentina, o que ainda pode trazer riscos para as economias emergentes com a casa mais bem arrumada, como o Brasil. Ele definiu o dia de ontem no mercado como “desafiador”, mas disse que “o Brasil está preparado”.

Para Silvio Campos Neto, economista e sócio da consultoria Tendências, o cenário externo é preocupante, mas os bancos centrais estão reagindo e, do ponto de vista doméstico, “o Brasil está mais forte para resistir”:

— No quarto trimestre, o país já estará crescendo 1,3% frente ao mesmo período do ano passado — previu o economista, que espera um resultado entre zero e 0,1% de abril a junho, mas vê sinais de recuperação no segundo semestre com a queda dos juros, a perspectiva de aprovação da reforma da Previdência no Senado e a liberação de recursos do FGTS.

CENÁRIO DE CAUTELA

Outros fatores, porém, pesam no front externo: o presidente americano Donald Trump colocou em xeque, na última sexta-feira, um encontro em setembro de negociadores chineses e americanos, o que trouxe ainda mais incerteza quanto à possibilidade de um entendimento comercial entre as duas maiores economias do mundo. Na Europa, também não há sinal de alento. A falta de acordo para o Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) e o racha na coalizão do governo italiano elevam a aversão ao risco.

— Preocupa essa nova rodada de mau humor externo. Isso pode ser ruim para o Brasil no momento que o país precisa de recursos para investimento. A crise externa afasta o investidor estrangeiro, que vai procurar porto seguro nos títulos americanos — afirmou Silvia Matos, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Silvia estima um aumento de 0,3% do PIB no segundo trimestre e ressalta que houve melhora na indústria de transformação e nos serviços prestados às famílias. No ano, ela vê possibilidade de crescimento de 1,1%.

Luka Barbosa, economista do Itaú, avalia que o segundo trimestre será positivo em 0,5%, mas teme pelo resultado do terceiro trimestre. Como os números da atividade em junho foram negativos, com queda generalizada, a economia começou fraca em julho. O banco prevê PIB de 0,8% no ano:

— Não dá para descartar um trimestre negativo. A desaceleração da economia global afeta os preços das commodities e, historicamente, isso freia investimentos. O mundo crescendo menos também prejudica nossas exportações, mesmo com a alta do dólar.

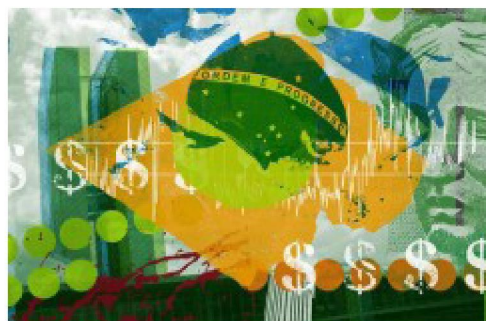
Ele lembra que, na virada de 2017 para 2018, o mundo crescia perto de 5%, agora está abaixo de 3%. Os indicadores industriais de Europa, China e Estados Unidos estão em queda, disse Barbosa.

—Essa nova rodada de pior pode levar o PIB a crescer 0,6% em 2019— avalia.

13/08/2019 - 05:00

Para governo, resultado no trimestre ainda ficará no terreno positivo

Por Fabio Graner



Apesar de o IBC-Br apontar PIB negativo para o segundo trimestre do ano, a equipe econômica do governo continua com avaliação de que o resultado do PIB no período de abril a junho será positivo. Uma fonte do governo lembrou que há diferenças metodológicas envolvendo os números do PIB, calculados pelo IBGE, e os do IBC-Br, divulgados pelo Banco Central.

Esse interlocutor aponta que não houve mudança significativa de cenário para o ano, que continua em torno de 0,8% de crescimento, e tampouco para o segundo trimestre. "Difícilmente haverá um PIB negativo no segundo trimestre. Uma recessão técnica não é provável", comentou a fonte, acrescentando que, para esse quadro ter alguma consistência, as projeções para o ano deveriam estar em torno de 0,4%.

Sobre a surpresa negativa no setor de serviços, que teve queda de 1% em junho, o interlocutor argumentou que de fato a situação da economia brasileira ainda não é boa, e isso se evidencia nos dados correntes.

A fonte aposta que a economia começará a melhorar nos próximos meses, principalmente devido à liberação do FGTS, mas ainda de forma insuficiente para que dados como emprego e renda tenham avanços significativos neste ano. "Com o FGTS vai melhorar a partir de agora. A medida atinge 46% da população [um total de 96 milhões de pessoas], com efeito maior nos mais pobres", reforçou.

A tese dos técnicos, como informou recentemente o **Valor**, é que essa liberação do dinheiro do fundo terá um impacto mais forte no consumo do que o verificado naquela promovida no governo Michel Temer, dado que não só atinge mais gente, como também alcança pessoas de renda mais baixa, com propensão maior a consumir ou quitar dívidas para voltar ao mercado. Apesar de oficialmente trabalhar com impacto de 0,35 ponto porcentual no PIB em 12 meses, fontes admitem que o efeito pode ser maior, por causa dessa característica da atual liberação.

A equipe econômica tem há meses insistido em descartar a hipótese de uma recessão técnica no Brasil neste ano. O principal argumento é metodológico, pois os técnicos do Ministério da Economia consideram que o modelo deles espelha melhor a realidade e o cenário macroeconômico do que o do IBC-Br. Não é uma crítica ao indicador produzido pelo BC, apenas uma leitura metodológica.

De qualquer forma, a realidade tem se impondo também sobre as visões mais otimistas da área econômica do governo e do mercado. Têm sido constantes neste ano as revisões para baixo nos prognósticos para o crescimento do país. O cenário começou com uma estimativa de expansão de 2,5% para o PIB de 2019. Caiu para 2,2%, 1,6% e agora está na casa de 0,8%.

Mas o governo mantém um viés favorável para prazos mais longos, apostando não só no FGTS, que terá impacto também em 2020, mas principalmente no efeito da reforma da Previdência, cuja aprovação na Câmara já ocorreu e agora depende da votação pelo Senado. Na visão da área econômica, embora não seja suficiente, a reforma será um divisor de águas em termos de segurança para os investidores, contribuindo para o país crescer mais.

13/08/2019 - 05:00

Projeção para crescimento volta a desacelerar no Focus e vai a 0,81%

Por Felipe Frisch

A mediana das projeções do mercado para o crescimento da economia em 2019 voltou a cair, de 0,82% para 0,81% - depois de interromper, três semanas atrás, uma série de 20 quedas consecutivas -, de acordo com a pesquisa semanal Focus, divulgada pelo Banco Central com estimativas coletadas até o fim da semana.

Para 2020, o ponto-médio das expectativas para a economia brasileira permaneceu inalterado em 2,10%, nível em que está há cinco semanas agora.

A mediana das projeções dos economistas do mercado para a inflação oficial em 2019 voltou a cair, de 3,80% para 3,76%, segundo a pesquisa. Para 2020, o ponto-médio das expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) manteve-se nos mesmos 3,90% em que está há cinco semanas.

Para os próximos 12 meses, a pesquisa indicou aceleração, de 3,66% para 3,68%.

A mediana das projeções para a inflação oficial em 2019 entre os economistas que mais acertam as previsões, os chamados Top 5, de médio prazo, caiu de 3,82% para 3,77%, segundo a pesquisa do Banco Central.

A mediana das estimativas para a taxa básica de juros no fim de 2019 caiu de 5,25% para 5% entre os economistas do mercado, de acordo com o Focus. Entre os Top 5, o ponto-médio para a Selic no fim do ano também caiu para 5,00%, ante 5,13% na sondagem anterior.

Depois de mais de 16 meses sem mexer na taxa básica de juros, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu de maneira unânime pelo corte de 0,5 ponto percentual na Selic na última reunião, de 6,5% para 6% ao ano, e indicou que o ciclo de corte de juros terá continuidade no próximo encontro, em setembro.

As medianas das estimativas para o dólar no fim de 2019 ficaram estacionadas em R\$ 3,75 entre os economistas em geral e R\$ 3,80 entre os que mais acertam as previsões. Para 2020, o ponto-médio das expectativas também permaneceu inalterado, pela 14ª semana em R\$ 3,80.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

RETRAÇÃO O IBC-BR cedeu 0,13% no período de abril a junho, ante o trimestre anterior

Índice 'Prévia do PIB' aponta queda de atividade no segundo trimestre

FABRÍCIO DE CASTRO

Estadão Conteúdo, Brasília

A atividade econômica passou pelo segundo trimestre consecutivo de retração no Brasil, segundo dados divulgados nesta segunda-feira pelo Banco Central. O Índice de Atividade do BC (IBC-Br) cedeu 0,13% no período de abril a junho ante o trimestre anterior, após já ter recuado 0,52% no trimestre de janeiro a março.

Considerado uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. No primeiro trimestre de 2019, o dado oficial do Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já acusou retração de 0,2% na economia. Se houver nova queda no segundo trimestre do ano, o País estará mais uma vez, tecnicamente, em recessão. O PIB do segundo trimestre será divulgado pelo IBGE apenas em 29 de agosto.

Apesar dos resultados negativos nos dois últimos trimestres, o IBC-Br indicou que nos últimos meses a atividade econômica tem apresentado alguma reação. Em junho, o indicador subiu 0,30% em relação a maio, de 137,80 para 138,22 pontos. Foi o segundo mês consecutivo de alta, após o IBC-Br ter apresentado retração nos quatro primeiros



Marcelo Casal Jr. / Ag. Brasil

O trimestre de janeiro a março já havia trazido um resultado negativo de 0,52%

O ministro da Economia, Paulo Guedes, não quis fazer comentários sobre os dados, mas pediu 'paciência'

meses do governo de Jair Bolsonaro. O avanço de 0,30% em junho ficou acima da projeção média do mercado financeiro de alta de 0,20%.

Nesta segunda, durante um evento em São Paulo, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, avaliou que o resultado do IBC-Br em junho não é o crescimento que o Brasil "deseja e merece", mas defendeu que existe uma recuperação "importante" em curso.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, não quis fazer comentários sobre os dados mais recentes do IBC-Br, mas pediu "paciência" ao falar do desempenho da economia. "Quebraram o setor elétrico, o setor de petróleo, os fundos de pensão e agora a economia parou. E agora, em cinco, seis meses 'o Brasil não está andando, culpa do novo governo'. Ora, senhores. Quem governou 30 anos o Brasil, a social-de-

mocracia, que fez muitas coisas boas, dê um ano ou dois", discursou Guedes, ontem, em evento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O economista-chefe da Caixa Asset, Rodrigo Abreu, afirma que o resultado do IBC-Br é compatível com um PIB estável ou levemente negativo no segundo trimestre. "Projetamos PIB zero no período, mas não dá para descartar queda de 0,1% ou 0,2%", avaliou.

Revisões mensais

O BC revisou dados de seu do IBC-Br na margem, na série com ajuste. O IBC-Br de maio foi de +0,54% para +1,10%, enquanto o índice de abril passou de -0,32% para -0,47%.

No caso de março, o índice foi de -0,28% para -0,26%. O dado de fevereiro passou de -0,98% para -0,92% e o de janeiro foi de -0,06% para -0,10%. Em relação a dezembro do ano passado, o BC substituiu a taxa de +0,15% pela de +0,29%.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2019 é de avanço de 0,8%.

COLABORARAM ALINE BRONZATI, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, EDUARDO RODRIGUES, THAIS BARCELLOS E KARLA SPOTORNO

Tribuna

Paulo Guedes pede paciência após prévia do PIB indicar volta à recessão

CORREIO BRAZILIENSE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou justificar o fraco crescimento da economia neste ano ao fato de que o governo ainda não conseguiu avançar com todas as reformas necessárias para que o país volte a crescer nesses quase oito meses desde a posse do presidente Jair Bolsonaro. Até mesmo o chefe do Executivo tem evitado falar sobre o fraco crescimento econômico, mesmo com a reforma da Previdência avançando no Congresso, e tem jogado a responsabilidade para os ombros do “superministro”.

“Quem está criando esses desemprego foram esses quatro meses de governo. Ponham a mão na cons-

ciência. Chegou o momento das reformas. Tenho que correr, porque são muitas reformas”, afirmou o ministro durante a abertura do seminário “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica — Debates sobre a MP 881/2019”, realizado pelo Tribunal Superior de Justiça (STJ), na manhã desta segunda-feira (12/8). Na avaliação do ministro, ainda é pouco tempo para que o governo com políticas liberais na economia apresente resultados.

Nesta segunda, o Banco Central divulgou a prévia do Produto Interno Bruto (PIB), o IBC-Br, com retração de 0,12% dado que, se confirmado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no próximo dia 29, quando serão divulgados os dados das Contas Nacionais, o país terá entrado ofi-

cialmente em uma recessão técnica — quando há queda no PIB por dois trimestres consecutivos. Ontem a Bovespa caiu 2%. Na saída, Guedes não comentou o assunto. Durante o discurso de abertura do seminário, o ministro destacou que o Brasil não consegue crescer como no passado, quando era o destino de vários imigrantes do mundo, porque “prisioneiro de uma armadilha cognitiva da esquerda”. “Somos um país rico em recursos naturais mas, mas a economia não cresce porque somos prisioneiros cognitivos de crenças obsoletas”, afirmou. “Estamos tentando mudar essa concepção com muitas reformas. O Brasil, que era uma economia dinâmica, virou uma economia estagnada com um regime político que se degenerou”, declarou.

Tribuna

Paulo Guedes deve apresentar reforma tributária já



ESTADÃO

O secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, afirmou ontem que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deve apresentar a proposta de reforma tributária do governo na semana que vem ou na seguinte.

"Será um projeto de conciliação, que tenta agrupar todas essas tendências de acordo com as necessidades históricas e circunstanciais", disse o secretário, em referência a todas as propostas de reforma tributária que estão em discussão. Ele participou de apresentação na Associação Comercial de São Paulo (ACSP),

no centro da capital paulista.

Na visão de Cintra, o ponto mais problemático na discussão da reforma tributária será a que envolve os entes da federação. Ele deu exemplo de países e regiões que estão tendo dificuldades para implantar um IVA também em seus Estados, como na Índia e na Alemanha.

O secretário se refere especificamente à proposta de reforma do tributarista Bernard Appy, em tramitação na Câmara.

Para ele, o IVA nacional que Appy propõe é "inatacável do ponto de vista conceitual". Mas ressal-

tou que a realidade é diferente da abstração dos livros.

"Um tributo como esse teria vida curta e daqui a 10 ou 15 anos estaríamos discutindo uma nova reforma, diante da inadequação desses tributos frente à realidade", disse.

TABELA DO IR

O secretário da Receita Federal afirmou ainda que o presidente da República, Jair Bolsonaro, tem "insistido muito" na correção da tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF), incluindo mudanças "em níveis de isenção".

Cintra disse que alterar níveis de isenção pode im-

plicar perdas "muito significativas de arrecadação". "É o desafio que estamos enfrentamos, de garantir a neutralidade do ponto de vista da arrecadação", comentou, na apresentação realizada na ACSP. O secretário, contudo, afirmou que o governo identificou vários itens do IR para pessoa física que podem ser reformados, como deduções e simplicidade de apuração e critérios exigidos pela Receita.

Ele citou o exemplo das deduções de gastos com saúde. "É algo que beneficia as classes de renda mais alta, não tem justificativa social", disse.

FOLHA DE S.PAULO

Não vamos retomar CPMF na Câmara de jeito nenhum, diz Maia

Tributo sobre transações financeiras poderia gerar receita de R\$ 1,175 trilhão em dez anos, aponta projeção do fisco

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA Um imposto sobre movimentações financeiras no mesmo formato da extinta CPMF poderia gerar uma arrecadação de R\$ 1,175 trilhão em dez anos, segundo projeções da Receita Federal obtidas pela Folha.

A equipe econômica estuda incluir na proposta de reforma tributária um imposto em moldes parecidos com a CPMF, mas a alíquota e base de incidência devem ser diferentes.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse, porém, que a ideia não tem apoio na Casa. "Não vamos retomar CPMF na Câmara de jeito nenhum." O presidente Bolsonaro já falou isso. Tem de concentrar na refor-

Enfrentando a resistência do Congresso e do próprio presidente Jair Bolsonaro, o Ministério da Economia insiste em propor a CP para compensar uma promessa de campanha: desobrigar as empresas de pagar a parcela patronal para a Previdência Social.

A desoneração da folha de pagamentos foi uma medida instituída pela ex-presidente Dilma Rousseff. O incentivo foi sucessivamente ampliado até que a gestão petista decidiu retirar o benefício de quase todos os setores por entender que não teve o efeito esperado na economia.

A equipe de Bolsonaro, contudo, quer retomar a medida e torná-la ampla — para todas as empresas, que hoje pagam 20% sobre a folha de salários.

Dados mais recentes da Receita Federal mostram que a

simulação do novo imposto deve multiplicar por dois os valores calculados pela Receita. Depois, são acrescidos 30% para simular a ampliação da base arrecadatória.

Mello pondera que esse seria o ganho potencial do governo no limite, situação que não deve ser observada na realidade. Isso porque, segundo ele, quanto maior a alíquota, maior a taxa de evasão tributária.

"Existem fatores que não são mensuráveis, como a ten-

tativa de evasão. A arrecadação aumentaria, mas, na medida em que aumenta a carga tributária, também aumenta a predisposição das pessoas de tentar burlar o sistema", disse.

A equipe econômica prevê apresentar ainda em agosto a própria proposta de reforma tributária ao Congresso.

O modelo que vem sendo finalizado é baseado em três pilares: mudanças no IR (Imposto de Renda), um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) em substituição a tributos federais; e a criação da Contribuição Previdenciária, que seria uma espécie de "nova CPMF".

Contrário à tributos sobre transações financeiras, o presidente do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), João Eloi Olenike, afirmou que a medida é danosa à economia, pois funciona em efeito cascata.

"A CPMF é excelente para o governo, porque o único trabalho que ele tem é gastar o dinheiro. Mais nada. O banco desconta o imposto e deposita direto na conta do governo".

Colaborou Eduardo Cuzco, de São Paulo

ma de bens e serviços", disse em evento em São Paulo.

O impacto da medida depende da alíquota a ser definida pelo time do ministro Paulo Guedes (Economia) e do modelo a ser escolhido.

Extinta em 2007, durante o governo do ex-presidente Lula, a CPMF era cobrada sempre que ocorria algum débito na conta bancária — apenas de quem realizava o pagamento. A alíquota era de 0,38%.

Mas o governo avalia tributar as duas pontas da operação (pagador e recebedor).

Assim, o potencial de arrecadação dobraria e alcançaria R\$ 2,350 trilhões em dez anos considerando a alíquota que vigorou no passado — 0,38% sobre cada lado da transação.

Esse cálculo considera as mesmas condições da extinta CPMF, que incidia sobre todas operações bancárias com exceção de negociações de ações na Bolsa, aposentadoria, seguro-desemprego, salários e transferências de conta corrente da mesma titularidade.

A ideia da equipe de Guedes é propor uma alíquota diferente. Por isso, o estudo da Receita Federal também considera outros cenários de percentual da cobrança (veja as simulações na tabela abaixo).

Esses números dão uma noção da capacidade de arrecadação com a criação de um tributo sobre movimentações financeiras.

Nesta segunda-feira (12), o secretário especial da Recei-

contribuição patronal à Previdência foi de aproximadamente R\$ 200 bilhões em 2017.

Em dez anos, deixariam de entrar cerca de R\$ 2 trilhões nos cofres públicos por causa da desoneração. Mas esse cálculo ainda precisaria considerar o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) e inflação.

De qualquer forma, o governo precisa buscar uma fonte de receita para compensar a renúncia, especialmente diante do quadro negativo nas contas públicas.

A CPMF é outra semelhança entre o time de Bolsonaro e a ex-presidente Dilma. A petista enviou, em 2015, em projeto ao Congresso para ressuscitar o imposto sobre transações financeiras, que seria usado para bancar o pagamento de aposentadorias.

A proposta não andou por causa da falta de ambiente político em aprovar a criação de um novo imposto.

Guedes deve usar, porém, o argumento de que a CP é uma substituição aos tributos que atualmente incidem sobre a mão de obra, e não uma forma de ampliar a arrecadação.

Para calcular o impacto que uma "nova CPMF" teria, a Receita usou a expectativa de crescimento do PIB para os próximos dez anos do Ministério da Economia e teve como base a arrecadação da extinta CPMF — alíquota de 0,38% sobre um lado da operação — em 2007, equivalente a 1,4% do PIB.

ta, Marcos Cintra, disse que a proposta de reforma deve ser enviada ao Congresso sem a previsão de uma alíquota para a "nova CPMF" — a ser chamada de Contribuição Previdenciária (CP).

Segundo Cintra, o novo imposto atingirá uma base 30% maior, que incidiria sobre operações não atingidas pela antiga CPMF. Isso ampliaria o potencial de arrecadação.

O professor de direito tributário da FGV Rio Linneu de Albuquerque Mello afirma que é possível simular, a partir dos números da Receita, qual seria o ganho potencial do governo em caso de criação de um novo imposto de pagamentos que incidisse nas duas pontas e alcançasse uma base 30% maior.

Como a CPMF era cobrada apenas em uma ponta, a

Potenciais de arrecadação para imposto sobre movimentações financeiras em dez anos

Em R\$ bilhões

Alíquota	Se incidir apenas em um lado da operação, como era a CPMF	Se incidir sobre as duas pontas da operação, como estuda o governo	Se incidir nas duas pontas e numa base 30% maior
0,10%	309,3	618,6	804,18
0,20%	618,7	1.237,4	1.608,62
0,30%	928	1.856	2.412,8
0,38%	1.175,5	2.351	3.056,3
0,40%	1.237,4	2.474,8	3.217,24
0,50%	1.546,7	3.093,4	4.021,42
0,60%	1.856	3.712	4.825,6

Fontes: Receita Federal e simulações com base em cenários

13/08/2019 - 05:00

Bolsonaro e Maia descartam volta de CPMF em reforma tributária

Por André Guilherme Vieira, Arícia Martins, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Bruna Suptitz*

O presidente da República, Jair Bolsonaro, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), condenaram ontem a possibilidade de recriação da CPMF, no âmbito da reforma tributária. Em Barra do Ribeiro (RS), Bolsonaro foi taxativo: "Determinei que não existirá nova CPMF. Nós vamos é fundir impostos". A proposta do governo sobre reforma tributária deve ser entregue ao Congresso nos próximos dias.

Já existe em tramitação na Câmara a proposta de emenda constitucional 45, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Bolsonaro disse que estará atento à repercussão popular em relação ao tema. "Tudo aquilo que porventura surja de novo, vamos sondar a opinião pública para tomar decisão nesse sentido", disse.

Em São Paulo, durante evento no Banco Santander, Rodrigo Maia afirmou que "a única certeza" que tem é que a CPMF não será retomada "sob hipótese nenhuma". Maia garantiu que existe ambiente favorável no Congresso para a discussão da reforma tributária, sem que haja disputas entre Câmara e Senado - propostas distintas tramitam paralelamente nas duas Casas.

Segundo o presidente da Câmara, os parlamentares terão de construir uma saída para que nenhum setor econômico seja taxado com alíquotas maiores do que possa pagar.

De acordo com Rodrigo Maia, as grandes empresas avançaram muito na defesa de seus interesses nos últimos anos, com base em leis aprovadas no Legislativo Federal. "Ao longo dos anos foi ficando claro que entregamos orçamento para eles, teve R\$ 400 bilhões de incentivo fiscal. E não temos mais orçamento pra atender sociedade e espaço para aumentar imposto", afirmou.

"Tem setores da economia hoje que pagam muito pouco imposto", criticou. Segundo o presidente da Câmara, mesmo que a carga tributária não seja reduzida, apenas simplificar a estrutura de impostos vai acabar com distorções existentes hoje.

Maia também defendeu a redução do texto constitucional como medida para facilitar alterações legislativas, quando forem necessárias, e afirmou que muito do ativismo do STF é responsabilidade da Política.

"Quanto mais reduzido o que está escrito na Constituição, melhor. Só uma norma geral [na Constituição] e o resto por lei que facilita, inclusive, mudanças futuras em qualquer um dos temas. Nós tentamos isso na reforma previdenciária e não foi possível. Mas era uma defesa do cidadão. Acho que na tributária poderia ser possível. Seria um caminho que evitaria milhões de ações na Justiça", afirmou em entrevista coletiva.

Segundo o presidente da comissão especial da reforma tributária, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), a expectativa é concluir a análise da proposta apresentada por Baleia Rossi no colegiado na primeira quinzena de outubro. O relator do texto, o líder da maioria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), se reunirá com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na manhã de hoje para fechar o cronograma da comissão especial antes da apresentação do plano de trabalho.

"Queremos votar na comissão em até dois meses. É importante que consigamos cumprir esse calendário para que o plenário tenha tempo suficiente para concluir os dois turnos ainda neste ano", disse Rocha. O plano de trabalho será apresentado na sessão da comissão especial de hoje.

Segundo Rocha, o plano de trabalho está "enxuto", porém, "completo". Ele explicou que, além das audiências públicas na comissão especial, o relator fará seminários nas cinco regiões do país para conversar com governadores, prefeitos, empresários e representantes da sociedade. O objetivo é debater a reforma e "os aspectos da proposta de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA)", explicou o parlamentar.

(*) Para o Valor

Tribuna

Maia diz que CPMF não passa

REUTERS

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assegurou ontem que uma eventual tentativa de recriação da CPMF não será aprovada na Câmara dos Deputados "em hipótese nenhuma" e defendeu uma reforma tributária que inclua também Estados e municípios, e não apenas os tributos federais, como pretende a proposta a ser encaminhada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro.

Em evento do Banco Santander, em São Paulo, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, Maia também disse que Toffoli sugeriu uma "boa ideia" que é a retirada de temas tributários do texto constitucional.

O presidente da Câmara citou diversos desafios a serem enfrentados na reforma tributária, após a Casa ter concluído a análise da reforma da Previdência na semana passada.

"A única certeza que eu tenho —e falo com toda liberdade, até porque o presidente da República também já falou, não fica parecendo que é um conflito meu com a equipe econômica— é que nós não vamos retomar a CPMF na Câmara em hipótese nenhuma", disse Maia.

"Nós comandamos o fim da CPMF, eu era o presidente nacional do DEM em 2007, o DEM comandou isso, não é na minha presidência na Câmara dos Deputados que eu vou recriar esse imposto, que é ruim, que é cumulativo, que é ruim

para a sociedade. Essa é a única certeza", garantiu.

Os comentários de Maia vêm em um momento em que a equipe econômica de Bolsonaro, especialmente o secretário da Receita, Marcos Cintra, tem defendido a criação de um tributo sobre movimentações financeiras ou sobre pagamentos, em moldes parecidos ao da extinta CPMF.

Nesta segunda, também em São Paulo, mas em evento na Associação Comercial da cidade, Cintra voltou a defender um imposto sobre transações. [nL2N258DNW]

Na sexta-feira, ao deixar o Palácio da Alvorada, Bolsonaro foi indagado se haveria a criação de um imposto sobre movimentação financeira, e respondeu que, em relação à CPMF, que disse que era sobre o que poderia falar, não haveria a recriação.

Entre os demais desafios a serem enfrentados em uma reforma tributária, Maia apontou a questão da Zona Franca de Manaus, tema caro a deputados e senadores da Região Norte.

"A gente tem que dar uma solução para a Zona Franca. Não dá para, da noite para o dia, acabar com a Zona Franca, mas também não dá para manter pelos próximos 30 anos a mesma estrutura que a Zona Franca tinha no passado e que tem hoje", afirmou. O governo Bolsonaro tem indicado que enviará ao Congresso uma proposta de reforma tributária que trate apenas de impostos federais. Há também propostas sobre o tema na Câmara e no Senado. Maia afirmou que uma reforma do sistema de tributos que não inclua Estados e municípios não seria eficaz e negou que haverá disputas entre Câmara e Senado neste tema.

"Reforma tributária sem tratar dos Estados não parece uma reforma eficaz", disse Maia.

FOLHA DE S.PAULO

Imposto sobre transações financeiras reduz crescimento, apontam estudos

Trabalhos também mostram que a base de arrecadação de tributo como CPMF cai ao longo do tempo

Ana Estela de Sousa Pinto

SÃO PAULO Defendido pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, como capaz de aumentar a base tributária em "aproximadamente 30%", o imposto sobre transações financeiras tem amplitude menor, perde efeito com o tempo e reduz o crescimento econômico, mostram trabalhos científicos recentes.

Além disso, efeitos colaterais já documentados, como o uso de dinheiro vivo, a criação de formas paralelas de compensação e a verticalização da produção, podem exigir alíquota de até o dobro dos 2% citados por Cintra em evento

nesta segunda (12).

O governo federal não detalhou ainda um projeto, mas fala-se de um imposto único cobrado sobre créditos e débitos, com alíquota total de 5% sobre cada pagamento (2,5% sobre o crédito e sobre o débito).

Para manter carga tributária equivalente à atual, seria necessária, porém, uma alíquota inicial de 7,8% (3,89% sobre o crédito e sobre o débito), segundo cálculos do economista e advogado tributarista Eduardo Fleury, com base na efetividade da antiga CPMF e números do BIS (banco de compensações internacionais).

"Esses seriam apenas o número de partida, já que o de tri-

buto provoca queda da arrecadação e, para manter a receita, seria preciso elevar a alíquota", diz Fleury.

A redução no montante arrecadado com o passar do tempo foi encontrada em ao menos três estudos realizados no Brasil e em outros cinco países da América Latina que implantaram imposto semelhante (Argentina, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

Em estudo sobre os efeitos da CPMF brasileira, que vigorou de 1997 a 2007, os economistas do Banco Central Sérgio Mikio Koyama e Márcio Nakane concluíram que o tributo corroeu sua própria base de arrecadação.

Segundo a pesquisa, houve ainda leve aumento de dinheiro vivo, mudança nas carteiras de aplicação financeira e impacto negativo sobre tomadores de empréstimos, aplicadores e intermediários financeiros.

A queda na arrecadação com o tempo também foi encontrada na Colômbia, segundo trabalho publicado pelo Banco Central daquele país, elaborado por Luis Ignacio Lozano e Jorge Enrique Ramos. Na análise do professor da UnB (Universidade de Brasília) Roberto Ellery, que compilou estudos sobre esse tipo de imposto, é um "padrão compatível com a tese de que as famílias e as empresas reagem ao imposto, buscando formas de driblar as tran-

sações que passam a ser tributadas". Já a economia subterrânea passa por caminhos como criptomonedas e meios internacionais de difícil rastreamento", afirma Fleury.

Estudos mostram que também o setor formal passa a usar menos os bancos, quando se adota o imposto sobre transações financeiras.

Com dados da América Latina, Kirilenko e Victoria Summers (também do FMI) encontraram evidências de que o imposto estimulou uso de dinheiro vivo e abertura de contas em outros países, entre outras estratégias para evitar o pagamento da taxa.

Em trabalho publicado neste ano no Journal of Interna-

sações que passam a ser tributadas".

Em análise dos seis países sul-americanos que implantaram o "imposto do cheque" a partir dos anos 1990, os economistas Andrei Kirilenko, do FMI (Fundo Monetário Internacional), Luiz de Mello, da OCDE (grupo de países desenvolvidos), e Jorge Baca-Campodónico, ex-diretor do banco central do Peru, concluíram que não apenas os valores arrecadados se reduzem com o tempo como também a elevação da alíquota é uma solução ineficaz: quanto mais ela sobe, menor a efetividade da arrecadação, agravando a perda de receita.

Para chegar ao número de quase 8% necessários para substituir a carga tributária atual, Fleury usa dados dos pagamentos realizados através do sistema bancário registrados pelo BIS (Banco de Compensações Internacionais), que podem ser considerados a "base tributária" de um imposto sobre transações financeiras.

Aplicando a alíquota de 0,38% do então "tributo do cheque" sobre o volume de pagamentos de 2007, a arrecadação esperada deveria ser de R\$ 63,39 bilhões. O resultado, no entanto, foi de R\$ 36,32 bilhões, ou seja, 57% do esperado.

Considerando essa efetividade de 57%, para obter uma carga tributária semelhante aos 32,43% de 2017, seria necessária uma alíquota de qua-

drado de 7,8% sobre o crédito e sobre o débito, segundo cálculos do economista e advogado tributarista Eduardo Fleury, com base na efetividade da antiga CPMF e números do BIS (banco de compensações internacionais).

Um dos segmentos mais afetados, mostra o trabalho de Restrepo, são as indústrias mais sensíveis a desajustes no mercado de crédito. O economista usa técnicas estatísticas para afastar a hipótese de que outros fatores que não o tributo pudessem explicar a retração encontrada.



Não há tentativa de constranger ministro do TCU, diz Receita

A Receita Federal afirmou nesta segunda (12) que o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Bruno Dantas não está sob fiscalização do órgão. O fisco negou que haja tentativa de constrangimento de autoridade. No domingo (11), em entrevista à **Folha**, Dantas afirmou que a intimação que recebeu na sexta (9) da Receita questionando despesas médicas de três anos atrás seria uma tentativa de constranger o tribunal. A Receita pede comprovação de um pagamento de R\$ 13,2 mil a um médico cirurgião. A cobrança chegou três dias após ele relatar processo no qual pregou o corte de bônus

se 8% sobre o valor apurado pelo BIS naquele ano (R\$ 47,87 trilhões).

Fleury também considera improvável a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos por uma alíquota baixa de imposto sobre transações financeiras: "Seria necessário 1,5% apenas para arrecadar os mais de R\$ 420 bilhões informados pela Receita em 2018".

Ele refuta também a expectativa de Cintra de ampliar em 30% a base tributária com a inclusão da economia informal e subterrânea.

"Dados da FGV estimam a economia informal hoje em

dos servidores do fisco. O ministro disse o comunicado que causou perplexidade porque o processo havia sido encerrado em setembro de 2018. A Receita informou que o pedido de informações não diz respeito ao processamento da declaração de Dantas. Segundo o fisco, o pedido dirigido a ele outras 56 pessoas diz respeito à apuração sobre pagamentos recebidos por um médico que se encontra sob procedimento de fiscalização.

Vivem das Commodities

Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

13/08/2019 - 05:00

Com avanço lento da Previdência, clima econômico tem pior resultado de 2019

Por **Alessandra Saraiva**

O clima econômico no Brasil percebido por analistas apresentou em julho o pior resultado do ano, devido à ausência de sinais mais concretos na retomada da atividade, segundo a Sondagem Econômica da América Latina, indicador trimestral da Fundação Getulio Vargas em parceria com o instituto alemão IFO.

Na pesquisa, o Índice de Clima Econômico (ICE) do Brasil registrou saldo negativo de 23,2 pontos em julho, após mostrar 21 pontos negativos na pesquisa anterior, de abril. O saldo é a diferença entre respostas positivas e negativas entre os 112 especialistas pesquisados. Em janeiro, o saldo do ICE do Brasil era positivo em 3,6 pontos.



Lia Valls, da FGV: melhora de indicador depende de melhora real e concreta

Segundo Lia Valls, pesquisadora da FGV, as expectativas relacionadas ao Brasil continuam em alta, mas isso não seria suficiente. É preciso, na análise da economista, algum tipo de melhora real e concreta na economia brasileira, para assim impulsionar o ICE do país.

Valls detalhou que o resultado negativo de clima econômico foi motivado por piora na avaliação de momento presente. O Índice de Situação Atual (ISA), um dos dois subindicadores do ICE, se manteve com saldo negativo de 75 pontos entre abril e julho. O Índice de Expectativas (IE) do país, por sua vez, passou de saldo positivo de 53,3 pontos para 50 pontos.

Um dos tópicos que frustraram as avaliações foi a condução da reforma da Previdência, cujo trâmite foi mais lento que o esperado pelo mercado. O texto-base foi aprovado na Câmara somente em 10 de julho. "E, mesmo depois da [aprovação em primeiro turno] reforma, houve alguns sinais de turbulência política em julho", disse.

Na comparação com os dados do ICE latino-americano, Valls considera que a avaliação de situação atual do Brasil "é muito pior". Houve um aprofundamento do saldo negativo do índice do continente, de 21,1 pontos negativos para 26,4 pontos negativos entre abril e julho, devido à piora nas relações entre EUA e China. Dentro do ICE da América Latina, o saldo do Índice de Situação Atual (ISA) foi de 61,3 pontos negativos - menos desfavorável do que o Brasil.

Questionada se o ICE do Brasil pode mostrar saldo negativo nas próximas apurações, ela foi cautelosa. Acha difícil prever algo no momento, tendo em vista que ocorrem muitos anúncios na condução de política econômica brasileira. Valls ressaltou que o ambiente internacional não oferece bom cenário para o Brasil, com a disputa comercial entre EUA e China podendo afetar de forma expressiva a cotação do dólar, e "respingar" na economia brasileira.

Para a técnica, é preciso algum tipo de melhora real na economia brasileira, com indícios de retomada mais expressivos. "O que temos, até o momento, é todos apostando em melhora [na economia brasileira] que nunca vem", resumiu.

Na América Latina, o ICE brasileiro teve o quinto pior resultado em julho. Os piores saldos foram Venezuela (-100 pontos), Equador (-77,5 pontos), México (-55,1 pontos) e Uruguai (-34,2 pontos).

13/08/2019 - 05:00

Funcionalismo retoma pressão contra a reforma da Previdência no Senado

Por **Andrea Jubé**

Dezenas de carreiras do funcionalismo público, incluindo advogados, magistratura e Ministério Público Federal e diplomatas, se uniram para elevar a pressão sobre os senadores na votação da reforma da Previdência. As entidades distribuíram ontem aos parlamentares uma nota técnica indicando os pontos inconstitucionais na proposta passíveis de questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal se a emenda for promulgada nos termos em que foi aprovada na Câmara dos Deputados.

O parecer assinado pelo professor Juarez Freitas, autoridade na área de direito público, enumera inconsistências na reforma, como as alíquotas progressivas da contribuição previdenciária, as regras de transição e a possibilidade de extinção do regime próprio dos servidores públicos, que confrontam precedentes do STF.

O parecer foi encomendado ao jurista pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). O colegiado é formado por 32 entidades nacionais associativas e sindicais: além de juízes, procuradores e diplomatas, o grupo agrega procuradores e defensores públicos, peritos criminais, auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), auditores da Receita Federal, entre outros, totalizando mais de 200 mil servidores.

Juarez Freitas, que assina o parecer, é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e presidente do Conselho Científico do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público.

O parecer considera inconstitucional a progressividade das alíquotas previdenciárias porque configuraria confisco da remuneração. Segundo o professor, o Imposto de Renda presta-se a alíquotas progressivas, enquanto as contribuições previdenciárias rigorosamente não se prestam. "Introduzir mudanças tão injustas e desbalanceadas, valendo-se de progressividade fora de lugar, a proposta aprovada na Câmara não se constringe em desconsiderar a natureza da contribuição previdenciária e a própria jurisprudência da Suprema Corte", diz o parecerista.

O documento enumera precedentes do Supremo em que os ministros decidiram que a "instituição de alíquotas progressivas para a contribuição previdenciária de servidores públicos viola a vedação de utilização de tributo com efeito confiscatório".

Como exemplo, a nota técnica menciona um magistrado de primeiro grau que não tenha feito a migração para o regime complementar. A alíquota previdenciária de 11% sobe para 16,43%. Para outros, a alíquota progressiva de contribuição previdenciária pode alcançar 22%, antes de somar à incidência dos demais tributos.

O parecer também indica como violação constitucional a possibilidade de extinção imediata dos regimes próprios de Previdência, com a migração forçada para o regime geral.

Segundo a nota técnica, a reforma nos moldes aprovados na Câmara pretende a uniformização autoritária dos regimes previdenciários, sem respeitar notas distintivas e peculiares, "nem a vocação sensata de coibir a retroatividade maligna".

13/08/2019 - 05:00

Gasto com pessoal deve crescer menos no próximo ano

Por Ribamar Oliveira

Ao elaborar a proposta orçamentária para 2020, os técnicos do governo estão constatando que a despesa com pessoal ativo e inativo da União não crescerá muito no próximo ano. As estimativas preliminares indicam um aumento de cerca de R\$ 12 bilhões no gasto, na comparação com o previsto para este ano, de acordo com fonte credenciada do governo. O número ainda não é definitivo e poderá ser um pouco maior.

Em termos comparativos, o gasto com pessoal em 2019 será cerca de R\$ 26 bilhões maior do que o realizado em 2018, de acordo com a última estimativa. A previsão do governo é de que ele ficará em R\$ 324,6 bilhões neste ano, contra R\$ 298 bilhões em 2018.

A despesa da União com pessoal em 2020 crescerá menos porque, principalmente, não haverá reajuste salarial para os servidores civis. A última parcela dos aumentos concedidos pelo governo do ex-presidente Michel Temer, e que tinham sido negociados pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff, está sendo paga em 2019. Haverá, no entanto, aumento para os militares, por causa do projeto de lei 1.645/2019, que reestrutura as carreiras das Forças Armadas, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Com isso, as duas maiores despesas primárias da União deverão aumentar R\$ 53 bilhões em 2020, de acordo com as estimativas preliminares, sendo R\$ 41 bilhões com benefícios previdenciários e R\$ 12 bilhões com o pagamento de pessoal ativo e inativo, segundo a mesma fonte.

Para montar a proposta orçamentária de 2020, que terá que ser encaminhada ao Congresso Nacional até o fim de agosto, o governo se depara com dilema. Com os vários contingenciamentos realizados neste ano por insuficiência de receita, a projeção da área técnica é que a despesa total sujeita ao chamado teto de gastos ficará R\$ 36,9 bilhões neste ano abaixo do limite fixado pela emenda constitucional 95/2016. A projeção é de que a despesa submetida ao teto atingirá R\$ 1,370 trilhão para um limite para este ano fixado em R\$ 1,407 trilhão.

Para 2020, o teto de gasto sofreu uma correção de 3,37%, que foi a inflação (medida pelo IPCA) registrada entre julho de 2018 e junho deste ano. Com a correção, o teto para o próximo ano ficará em R\$ 1,454 trilhão. O aumento será, portanto, de R\$ 47,4 bilhões, na comparação com o deste ano. A margem para o aumento do gasto da União no ano que vem será de R\$ 84,3 bilhões (R\$ 47,4 bilhões mais R\$ 36,9 bilhões), na comparação com a despesa prevista para 2019.

A questão é que se o governo conseguir uma receita extra ainda este ano terá que descontingenciar o Orçamento. A área econômica está pleiteando, por exemplo, um aumento de R\$ 13 bilhões na receita com dividendos de empresas estatais federais. Ao mesmo tempo, o governo garante que conseguirá privatizar a Eletrobras, o que representará uma arrecadação adicional. Poderá ter, ainda, uma receita muito expressiva com o megaleilão do excedente de petróleo da cessão onerosa. Neste caso, a arrecadação líquida para os cofres do Tesouro poderá chegar a R\$ 52 bilhões.

Se o governo reduzir o contingenciamento em R\$ 10 bilhões ou R\$ 15 bilhões, como algumas fontes oficiais acham possível que aconteça, a despesa da União em 2019 sujeita ao teto de gastos vai aumentar. A diferença entre o que será executado e o valor nominal do teto para 2019 vai diminuir. Se o descontingenciamento for de R\$ 15 bilhões, a diferença entre a despesa executada e o limite legal cairá dos atuais R\$ 36,9 bilhões para R\$ 21,9 bilhões. Isto significa que o espaço para o aumento do gasto em 2020 cairá de R\$ 84,3 bilhões para R\$ 69,3 bilhões.

Isto tornará muito difícil o cumprimento do teto de gastos no próximo ano, pois do espaço de R\$ 69,3 bilhões, os benefícios previdenciários e o pagamento de pessoal consumirão R\$ 53 bilhões, restando R\$ 16,3 bilhões para acomodar o aumento das demais despesas, incluindo com saúde e educação. Neste cenário, o governo terá que cortar ainda mais as chamadas despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina administrativa). Ou seja, se aliviar a situação fiscal dos ministérios neste ano, o governo aumentará as dificuldades da administração pública em 2020.

13/08/2019 - 05:00

Para IFI, FGTS acresce 0,26 ponto ao PIB ainda este ano

Por **Lu Aiko Otta**

A liberação de parte dos saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deverá acrescentar ao Produto Interno Bruto (PIB) ainda neste ano 0,26 ponto percentual. O cálculo é da Instituição Fiscal Independente (IFI) e consta do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) divulgado ontem.

Em 2020, o impacto seria um pouco maior, de acordo com a instituição: 0,59 ponto percentual. Os dados consideram que os brasileiros sacarão integralmente os R\$ 42 bilhões liberados.

O volume, diz o relatório da IFI, "é considerável e tem potencial para conferir estímulo importante ao PIB, caso seja efetivamente utilizado para consumo e redução de endividamento das famílias".

Para o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, a liberação dos recursos do Fundo de Garantia pode contribuir para a formação de um quadro mais benéfico neste semestre. Ele comentou que o cenário ainda está muito ruim, como reforça o resultado do IBC-Br divulgado ontem: queda de 0,13% no segundo trimestre do ano - apontando para recessão técnica, embora a maior parte dos economistas descarte essa possibilidade.

"Mas talvez tenhamos de tirar um pouco o olho do retrovisor", disse. "Pode ser que no segundo semestre já se veja reação um pouco maior."

O avanço das reformas, o consenso no Congresso Nacional em torno da criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e a perspectiva de aprovação de matérias econômicas podem atuar pelo canal das expectativas e "potencializar os efeitos dos juros baixos", comentou Salto. Ele observou que a economia opera com ociosidade.

De todo o cenário difícil para as contas públicas, Salto aponta para os dois únicos dados positivos. O primeiro é que a receita evoluiu positivamente em junho, o que pode ser um sinal de reação. O segundo é que a dívida bruta parece estar estável. Ele pondera que as devoluções de recursos do BNDES e o efeito do câmbio podem explicar essa situação. Do ponto de vista estrutural, a perspectiva é de crescimento da dívida bruta até 2026, para então começar a cair.

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 13/08/2019	Página: B3

Energia pressiona inflação

A alta nos custos da energia elétrica e do plano de saúde acelerou a inflação ao consumidor na 1ª prévia de agosto do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) subiu 0,04% no primeiro de-

cêndio de agosto, ante uma ligeira queda de 0,02% na mesma leitura de julho. Quatro das oito classes de despesa registraram taxas de variação mais elevadas, com destaque para habitação. A tarifa residencial passou de queda a aumento de 2,00% no período.

Gasolina avança em 16 estados

O valor médio da gasolina vendido nos postos brasileiros avançou em 16 estados na semana passada, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), compilados pelo AE-Taxas. Houve queda em dez estados e no Distrito Federal. Na mé-

dia nacional, o preço médio subiu 0,16% na semana sobre a anterior, de R\$ 4,312 para R\$ 4,319. Em São Paulo, maior consumidor do País e com mais postos pesquisados, o litro da gasolina recuou 0,12%, de R\$ 4,083 para R\$ 4,078, em média. No Rio recuou 0,35%.

Tribuna

Balança comercial inicia agosto com superávit de US\$ 633 milhões

G1

O Ministério da Economia informou ontem que a balança comercial registrou, até este domingo, superávit de US\$ 633 milhões no início de agosto.

Quando as exportações superam as importações, o resultado é de superávit. Quando acontece o contrário, o resultado é de déficit.

De acordo com o governo, as exportações no período somaram US\$ 6,114 bilhões (queda de 6,8% na comparação com agosto de 2018).

Nessa comparação, houve recuo nas vendas de produtos manufaturados (-17,3%) e básicos (-4,4%), enquanto houve aumento nas exportações de produtos semimanufaturados (+32,4%).

As importações, ainda segundo o governo, totalizaram US\$ 5,480 bilhões (queda de 4,1% na mesma comparação).

Recuaram os gastos com veículos automóveis e partes (-35,4%), cobre e suas obras (-35,1%), combustíveis e lubrificantes (-33,8%), alumínio e suas obras (-24,7%), adubos e fertilizantes (-15,5%).

PARCIAL DO ANO

No acumulado de 2019, até este domingo (11), a balança comercial registrou um saldo positivo de US\$ 29,108 bilhões,

segundo dados oficiais.

Embora o saldo acumulado do ano seja positivo, houve queda de 16,7% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o superávit chegou a US\$ 34,958 bilhões. De acordo com o governo federal, no acumulado deste ano, as exportações somaram US\$ 136,114 bilhões – média diária de US\$ 889 milhões (queda de 4,3% na comparação com o mesmo período do ano passado).

As importações, ainda segundo o governo, somaram US\$ 107,005 bilhões no acumulado de 2019 – média diária de US\$ 699 milhões (recuo de 0,5% em relação ao mesmo período de 2018).

SALDO E PROJEÇÕES

No ano passado, a balança comercial registrou superávit de US\$ 58,3 bilhões. Com isso, o saldo positivo, assegurado principalmente pela exportação de produtos básicos, ficou 13% abaixo do de 2017.

A expectativa do mercado financeiro para este ano é de nova queda do saldo comercial. Segundo pesquisa realizada pelo Banco Central na semana passada, a previsão para 2019 é de um saldo positivo de US\$ 52 bilhões nas transações comerciais do país com o exterior.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O caso argentino é diferente de tudo

Há sempre uma tentativa de entender a Argentina com os parâmetros de outros países. Não é possível. Eles são bem específicos. Nem kirchnerismo é o chavismo, como quer fazer crer o presidente Bolsonaro, nem o fracasso de Mauricio Macri é a derrota do liberalismo, como diz a ex-presidente Dilma. Macri paga o preço de não ter entregado a mudança da economia que prometeu, e Cristina Kirchner ainda se beneficia do período de grande crescimento na chegada do seu marido ao poder. Na sua gestão a economia desandou, mas ficou a boa lembrança entre os eleitores.

O mercado ontem na Argentina teve um ataque de nervos refletido em todos os indicadores. Bolsa com queda de 37%, algumas ações caíram 50%, o dólar subiu 17%, os juros foram a 74%. Uma hecatombe. Esperava-se que a chapa Alberto Fernández e Cristina Kirchner fosse ter mais votos, mas não tantos assim. Nos bancos, a avaliação é a de que o quadro político ficou irreversível. O presidente Bolsonaro falou que não quer que os argentinos fujam para cá se a "esquerda" vencer lá, e a ex-presidente Dilma falou que a vitória do peronismo é a "luz do

fim do túnel". Nem uma coisa, nem outra.

A votação foi descrita assim pelo jornalista Martín Rodríguez Yebra, no "La Nación": "Não se elegia nada, mas se definiu quase tudo." Basta a chapa repetir o mesmo resultado que vencerá no primeiro turno em outubro. O peronismo mostrou força em várias províncias. Na mais importante delas, a de Buenos Aires, Axel Kicillof teve quase 50% sobre a atual governadora María Eugenia Vidal, ligada a Mauricio Macri. Kicillof foi do movimento jovem criado por Kirchner, o La Cámpora. Depois, virou ministro da economia de Cristina.

Pode-se dizer que é cedo, já que são as primárias – um formato específico da Argentina – mas na eleição deles a chapa que

tem 45% ganha no primeiro turno. A luta do presidente Macri será impedir a derrota no primeiro turno para tentar reverter no segundo. Os analistas do mercado financeiro não acreditam nesse cenário.

De onde vem a boa imagem do kirchnerismo se eles erraram? E eles erraram. Deixaram o país sem reservas, inflação alta, distorções no sistema de preços e baixo crescimento. O fato é que ex-presidente Néstor Kirchner assumiu depois de um grande colapso econômico e político e comandou a reconstrução. Houve um forte crescimento entre 2003 e 2007, 8,75% em média, impulsionado pelo aumento dos preços das commodities e pela expansão do gasto público. A taxa de desemprego caiu de 17% para 7%, e

a inflação, embora tenha subido, continuou em um dígito. Como o país tinha dado o calote total em 2001, por falta absoluta de capacidade de pagamento, Kirchner conseguiu em 2005 renegociar com grande desconto a dívida argentina.

Em 2008, já no governo de Cristina, o crescimento caiu para 4% e em 2009 o PIB ficou negativo em 5%. Mas o país teve mais dois anos de forte crescimento. A política econômica ficou cada vez mais intervencionista. A inflação subiu, e o governo, em vez de combatê-la, fez uma intervenção no Indec. Mesmo assim a taxa continuou subindo. Houve mudança nos preços de energia que distorceram totalmente o mercado. O PIB oscila entre baixo crescimento ou recessão desde 2012.

Macri assumiu prometendo mudar tudo, mas acabou optando por mudanças graduais. O índice de inflação foi corrigido, e a taxa subiu. Ele prometeu que, depois da correção, ela cairia. Não conseguiu. A taxa hoje está em torno de 55%, e ele acabou fazendo aquilo que condenara: controlou preços de cesta básica. Fez um acordo com o FMI, mas o governo argentino ainda depende de US\$ 15 bilhões de financiamentos para rolar sua dívida externa até o final do ano que vem. O mercado acredita que se Fernández for eleito haverá outro calote.

"A oposição precisa derrubar as incertezas a respeito da sua política econômica. A economia se move com as expectativas positivas. Hoje, nenhum dos lados está entregando isso", disse o economista Gabriel Caamaño da Consultoria Ledezma, de Buenos Aires.

O mercado financeiro queria dar outra chance a Macri, mas a população argentina prefere dar outra chance ao peronismo, um populismo surgido na primeira metade do século passado. É difícil traduzir a Argentina, mas nem é luz no fim do túnel, nem o país está à beira de virar a Venezuela.